

• Política

CONSTITUINTE

Quércia pressiona por reforma anunciando ação contra governo federal

por Adriana Vera e Silva de São Paulo

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, anunciou ontem, em Presidente Prudente, segundo nota de sua assessoria, que está preparando uma ação judicial contra a decisão do governo federal de cortar os financiamentos para os estados. Este deverá ser o principal assunto do encontro entre Quércia e o presidente José Sarney, que visita hoje o município de Jales, no interior de São Paulo. Decretado em fevereiro, o corte dos financiamentos está paralisando a maioria das obras planejadas pelo governador paulista.

O anúncio de Quércia é, também, uma reação política contra as pressões do governo federal para que a Assembleia Constituinte não aprove a reforma tributária instituída no projeto da Comissão de Sistematização. Esta reforma, que aumenta em cerca de 20% a arrecadação dos estados e municípios, com a correspondente redução para o governo federal, começou a ser votada pela Constituinte.

Segundo o governador, "a reforma tributária melhora a arrecadação de estados e municípios e é esse processo de descentralização da receita fiscal pelo qual os municipalistas lutaram durante tantos anos".

A ação judicial contra o corte de financiamentos do governo federal seria feita com base na acusação de o decreto de nº 1.464 — baixado pelo governo no dia 26 de fevereiro — ser retroativo,

já que congela os financiamentos aos governos estaduais a níveis de 31 de dezembro do ano passado.

"O financiamento de 46,9 milhões de OTN para a construção de casas populares foi pedido em três cartas de abertura de crédito. Já havia sido concedido e depois foi congelado e bloqueado", disse o secretário de Planejamento de São Paulo, Frederico Mazzuchelli. Segundo o secretário, "o governo federal não qualifica o que está cortando. Queremos seletividade para ver o que será financiado ou não".

Apesar deste atrito entre Quércia e Sarney, o governador prosseguirá hoje os contatos com outros governadores para manter a unidade do PMDB e conseguir adesões a um plano econômico de emergência que está elaborando junto com um grupo de líderes sindicais e empresariais paulistas. A partir deste plano, que pretende apresentar a Sarney e da construção de uma frente de governadores, Quércia deseja conseguir a reaproximação do PMDB com o governo federal.

Depois de acompanhar o presidente na visita a Jales, pela manhã — quando estarão presentes os governadores de Mato Grosso, Carlos Bezerra, e de Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda — Quércia vai receber os Bandeirantes, os governadores de Minas Gerais, Newton Cardoso; Geraldo Melo, do Rio Grande do Norte e Henrique de Góias.

União perde no mínimo 19% da receita

por Jurema Baesse de Brasília

Começou a ser amarrado, ontem, um acordo entre as bancadas do Norte e Nordeste com o Sul e Sudeste que poderá reduzir em três ou quatro pontos percentuais a perda da União com a aprovação, ontem, da proposta do "Centrão" para o capítulo tributário. Pela proposta do "Centrão", a União terá de transferir adicionalmente para os estados e municípios 23% a mais do que repassa hoje, e com a efetivação do acordo esta perda poderá cair para cerca de 19%.

Segundo resumiu uma qualificada fonte do Ministério da Fazenda, "esta redução é o máximo que a União poderá conseguir com a aprovação de alguns destaques que começarão a ser discutidos a partir de hoje". A amarração desse acordo tem os dedos da Receita Federal, mas está sendo articulado pela bancada do Nordeste.

A Receita Federal está tentando convencer o Nordeste de que ele não será tão beneficiado como parece. Segundo uma fonte da Receita Federal, do total adicional que será transferido pela União, os estados do Sul e Sudeste, que são os mais ricos, ficarão com quase 60% do total, na medida em que terão condição de lançar os 5% de adicional do Imposto de Renda e ainda têm o fundo de ressarcimento do IPI com as exportações. Basicamente, o acordo prevê o seguinte:

A bancada do Sul e Sudeste aprovaram as emendas dos deputados Mussa Demes (PFL-PI), que determina que os fundos de participação dos estados e municípios passem a incidir sobre todos os impostos federais e não apenas sobre o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e também a de José Lourenço (PFL-BA), que mantém na esfera da União os impostos únicos sobre minerais, combustíveis e energia.

Em troca desse apoio, a bancada do Nordeste aprovaria a elevação da alíquota de ressarcimento de IPI com as exportações de 1,5% para 2,7%. É que pela proposta de Mussa Demes, essa alíquota é de 1,5%, mas passa a incidir sobre toda a receita tributária. Com o acordo, ela seria elevada e passaria a corresponder a 10% do IPI, como prevê a emenda do "Centrão", ou seja, os estados do Sul não sairão perdendo nesse ponto.

Faz parte também do acordo a inclusão dos impostos únicos para a base de cálculo dos fundos de participação, e é nesse ponto que os estados do Norte e Nordeste sairão favorecidos. Caso os impostos únicos saiam da esfera da União e passem para os estados produtores, os estados do Norte e Nordeste sairão perdendo. Se eles ficarem na alçada da União e entrarem no fundo, ocorrerá o inverso, ou seja, os estados que não produzem

Texto básico será do "Centrão"

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Começou ontem a votação do título VI do projeto constitucional, que trata do Sistema Tributário e Orçamentos.

Como é feito sistematicamente no início de cada título, os constituintes aprovaram, salvo os destaques, o texto-base do "Centrão". Foi a única votação do dia, porque a sessão foi suspensa pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, devido à morte do senador Antônio Farias (PMDB/PE).

Até à noite de ontem, as lideranças partidárias ainda não tinham chegado a um acordo sobre os temas mais polêmicos que são os fundos de participação dos estados, o adicional de 5% do Imposto de Renda e a extinção dos impostos únicos.

Sobre o repasse pela União dos fundos de participação dos estados, a discussão centraliza-se em saber se os estados do Norte e Nordeste serão beneficiados. Para o deputado José Luís Maia, membro do "Centrão", só depois que o grupo estudar a situação de estado por estado é que se poderá saber "quem ganha e quem perde". Segundo o senador Gerson Camata, o problema não é simples porque não há estado que saiba com exatidão qual a sua renda "per capita". "O que os estados sabem é que sua renda 'per capita' está abaixo ou acima da média nacional, mais nada", disse o senador.

Esses estados também estão preocupados com a possível criação do adicional de 5% do Imposto de Renda incidente sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital

pagos pelas pessoas físicas ou jurídicas. O aumento do imposto, se ocorrer, poderá levar as empresas a repassar esse gasto para o preço dos produtos. Como os estados do Norte e Nordeste se caracterizam mais como consumidores, já que as indústrias e serviços se encontram nas regiões Sul e Sudeste, seriam eles — o Norte e o Nordeste — quem, por via indireta, pagaria esse adicional.

A questão da extinção dos impostos únicos sobre transportes, minérios, energia elétrica e combustíveis preocupa mais o governo federal, que é o atual arrecadador desses tributos. A reforma proposta tanto no projeto do "Centrão" quanto na Sistematização extingue os impostos incluindo-os na base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) recolhido pelos estados.

petróleo, energia ou ouro, por exemplo, terão uma participação do imposto, pois a distribuição prevista pelo fundo é inversamente proporcional à renda "per capita" dos estados.

Além disso, a bancada do Norte e Nordeste aprovaria o adicional de 5% de IR, que vai beneficiar o Sul e Sudeste, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, que concentram as aplicações no "overnight" em todo o País.

Segundo ressaltou o deputado Mussa Demes, o que está prevalecendo no entendimento não é ques-

tão partidária e, sim, o aspecto regionalista. "Norte e Nordeste não vão aprovar nada que reduza os seus ganhos." Demes explicou que a sua emenda não teve a intenção de favorecer a União. Pelo contrário, ela pretende "amarrar" todos os impostos federais que existem e também os que poderão ser criados, uma vez que os fundos passariam a incidir sobre todos os impostos.

Para o deputado José Serra (PMDB-SP), os impostos únicos devem ir para os estados, o que, porém, está sendo alvo de en-

tendimento. Logo depois que foi aprovada a emenda do "Centrão", o deputado Serra comentou que, "se o governo tivesse gastado 10% da energia que gastou para aprovar o sistema de governo, teria conseguido um projeto melhor do ponto de vista da União".

Pela manhã, o presidente José Sarney reuniu os parlamentares mais destacados do Nordeste, José Luiz Maia (PFL-PI), Benito Ga-

ma (PFL-BA), Mussa Demes (PFL-PI), Ricardo Fiuza (PFL-PE) e os líderes Saldanha Derzi, José Lourenço e Carlos San'Anna, para apelar para a bancada do Nordeste a que não aprovasse o substitutivo do "Centrão". Sarney fez um apelo enfático aos parlamentares dizendo que o Nordeste sairia prejudicado pela proposta do "Centrão", e que a "União" poderia ficar inviável.

O que pára em São Paulo

por Adriana Vera e Silva de São Paulo

O congelamento dos financiamentos do governo federal para os estados tem reflexos significativos nas obras planejadas pelo governador paulista, Orestes Quércia.

Segundo informou ontem o secretário de Planejamento de São Paulo, Frederico Matias Mazzuchelli, a partir das resoluções de números 1.464 e 1.489, baixadas pelo governo federal em fevereiro, estão bloqueados os seguintes financiamentos ao governo paulista:

- Habitação: 46,9 milhões de Obrigações do Tesouro Nacional (OTN), para a construção de casas populares na periferia da capital e no interior. O empréstimo seria concedido pela Caixa Econômica Federal.

- Justiça e Segurança: 39,2 milhões de OTN, que também viriam da CEF, para a construção de 23 presídios e 11,4 milhões de OTNs, que serviriam para a construção de distritos policiais.

- Saneamento Básico: Também viriam da CEF 35,6 milhões de OTN para obras de tratamento de água e esgoto.

- Transporte: O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deixou de emprestar a São Paulo US\$ 47,6 milhões para a conclusão das obras da linha Leste-Oeste da Companhia do Metropolitano (Metrô), que seria a ligação entre os bairros de Itaquera e da Barra Funda.

Além dessa linha, foi prejudicado o programa metropolitano de tróleibus, que receberia US\$ 16,7 milhões do BNDES.

- Outro empréstimo, de US\$ 1,9 bilhão, também do BNDES, foi suspenso e interrompeu as obras de extensão da linha Norte-Sul do Metrô (entre Santana e Tucuruvi) e das linhas Itaquera-Guaianazes e Vila Prudente-Vila Madalena.

Para a Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa), foi cancelado o empréstimo de US\$ 131 milhões, também do BNDES.